

TEMPO JUVENIL: OS DESAFIOS DA PRÁTICA EDUCATIVA E DO CURRÍCULO

Ruthnelle de Oliveira Chagas
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB
ruthchagascapela@gmail.com

Cecilia Conceição Moreira Soares
Universidade estadual do Sudoeste da Bahia – UESB
cecilia-soares@yahoo.com.br

Resumo: O objetivo do presente trabalho é analisar o documento: Proposta Pedagógica do Tempo Juvenil ensino Fundamental para os estudantes de 15 a 17 anos de 2013, elaborado pela Secretaria de Educação da Bahia SEC- BA. Nesse estudo optou-se por uma análise qualitativa, partindo da triangulação de documentos oficiais da política Estadual da Educação de Jovens e Adultos - EJA de 2009, do Tempo Juvenil de 2013 e do Manual de Matrícula de 2014. Para tal estabelecemos interlocuções com Freire (2018), Dayrell (2002, 2007, 2011), Gonçalves (2011), Leão (2011) e Macedo (2017). A relevância desse estudo está na promoção de pesquisas que possam nortear a prática pedagógica e curricular do professor que trabalha com sujeitos adolescente nas turmas do Ensino Regular, do Tempo Juvenil ou mesmo da EJA.

Palavras Chave: Currículo. Prática Educativa. Tempo Juvenil.

1. Introdução

A presença cada vez maior da juventude nas turmas da EJA demonstra – segundo Leão (2011) –, um rejuvenescimento da EJA como um fenômeno social, que necessita de reflexão sobre esses sujeitos, devendo assim investigar que motivos estão levando esses adolescentes a adentrar nas turmas da Educação de Jovens e Adultos. Baseado nessa perspectiva, o presente estudo propõe analisar o documento Proposta Pedagógica do Tempo Juvenil ensino Fundamental para os estudantes de 15 a 17 anos de 2013 feito pela Secretaria de Educação da Bahia SEC- BA, junto à coordenação de Educação de Jovens e Adultos, e disponibilizada para as escolas do Estado da Bahia em 2014.

A motivação para este estudo se traduz na experiência enquanto gestora de um colégio estadual, que apresenta em sua composição turmas do Tempo Juvenil: etapas três e quatro do Ensino Fundamental 2. Nesse sentido, o olhar para essas turmas necessita antes de mais nada, entender as especificidades que seus sujeitos exibem. Desta forma, optamos pela pesquisa

qualitativa, analisando o documento feito para a modalidade Tempo Juvenil de 2013, a Política da EJA da rede estadual da Bahia de 2009 bem como as orientações da matrícula de 2010 e 2014 que também valem para o ano de 2019 – nas escolas que apresentam essa modalidade de ensino.

O presente estudo é relevante para as pesquisas que tratam da juventude nas escolas e como seus sujeitos se veem num ambiente que nem sempre considera suas realidades e expectativas. Hoje a política de Educação do Estado da Bahia exhibe em seu quadro a diminuição¹ gradativa da oferta do ensino Fundamental I e II. Estima-se que em 2022 não tenha mais dessas turmas nos colégios oficiais do Estado – com exceção dos Colégios da Polícia Militar² (CPM), e da Educação Prisional³. Ainda assim, os adolescentes são uma realidade nas escolas de ensino fundamental, inclusive naquelas que estão à cargo dos municípios.

Para reforçar essa análise dialogaremos com autores como Paulo Freire (2018), Dayrell (2002, 2007, 2011), Gonçalves (2011), Leão (2011) e Macedo (2017), por entenderem a EJA, perceberem esses sujeitos nas suas motivações e suas expectativas e, como se dá a inserção da juventude nesta modalidade de ensino. Este estudo está dividido em quatro tópicos: o primeiro analisa as motivações para a construção da proposta Tempo Juvenil; o segundo aborda as características dos sujeitos que estão nessa modalidade de ensino; o terceiro aponta os referenciais teóricos que fundamentam a proposta, fazendo uma comparação com a Política da EJA de 2009 com a proposta Tempo Juvenil; o quarto e último tópico, além das considerações finais – que não pretendem esgotar o assunto –, analisa o currículo e

¹ De acordo com o anuário estatística de educação da Bahia de 2015 o número de matrículas para o ensino infantil na Rede Estadual reduziu significativamente de 2006 haviam 7.853 sendo 60 escolas já em 2015 esse número chegou a 888 ficando apenas 21 escolas. Do ensino fundamental a redução se deu de 2006 foram matriculados na Rede Estadual 539.606 sendo 1336 escolas e em 2015 reduziu para 216.926 sendo 661 unidades escolares. Não existem dados mais recentes para análise. Contudo a Secretaria de Educação continua com a política de reordenamentos das escolas, segundo a portaria 3618/2017, publicada no D.O.E. de 12/05/2017 especifica no terceiro artigo no quarto inciso que: a abertura de novas turmas para Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano, dar-se-á apenas quando o municípios não tiver capacidade de realiza a matrícula.

² O Colégio da Polícia Militar funciona de acordo com um convenio firmado entre a Secretaria de Educação do Estado da Bahia e a Polícia Militar, a maioria dessas escolas trabalham com o ensino fundamental II e Ensino Médio, mas ainda existe um escola que também trabalha com o ensino fundamental I.

³ A Educação Prisional é uma parceria da Secretaria de Educação com a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos com objetivo de garantir o acesso à educação como direito, independentemente da situação de privação de liberdade. Desta forma busca a implantação de cursos presenciais de EJA em todas as Unidades Prisionais do Estado, por meio da implantação de salas de aula que funcionam dentro das Unidades Prisionais da Capital e também do interior. Estas salas são vinculadas a uma unidade escolar da Rede Pública Estadual, como um anexo. Os cursos implantados seguem o mesmo tempo anunciado nos cursos presenciais (Tempos Formativos I, II e III) e nos cursos semipresenciais (Tempo de Aprender I e II).

os aspectos desafiadores da formação do professor para a prática educativa, na intenção de entender os educandos.

1.1 Tempo Juvenil: motivações da proposta

Segundo a proposta para o Tempo Juvenil (2013), os processos de formação dos indivíduos são desiguais, implicando em diferentes trajetórias numa mesma instituição. Os alunos não apresentam um fluxo contínuo ou linear e padronizado dentro das unidades escolares, o que evidencia a distorção série/idade entre muitos jovens.

O fracasso escolar, a repetência e o abandono (por diferentes motivos), implicam numa fragmentação da trajetória escolar da juventude, presentes em sujeitos que correspondem ao quadro de alunos em distorção idade/série, os quais – de acordo com a proposta – são a maioria, frequentam “as escolas públicas e é formada por jovens pobres que vivem nas periferias dos grandes centros urbanos marcados por um contexto de desigualdade social” (BAHIA, 2013, p. 9).

A origem desses alunos, que em sua grande maioria se encontram em situação de desigualdade social, apontam vários aspectos que levam essa juventude a ter sua trajetória escolar truncada. Diante desse quadro e devido às contradições entre a proposta da EJA de 2009 e a Portaria de Matrícula de 2010, gerou-se fatores que provocaram incompatibilidade e alterações quanto a idade para ingressar nas turmas da EJA. Desta forma, enquanto a proposta da EJA de 2009 estabelecia a idade mínima de 18 anos para se matricular, em 2010 a SEC publicou a Portaria de Matrícula Nº. 8.392 de 04 e 05 de dezembro de 2010 que determinou:

Art.1º - Alterar o § 4º, do Art. 7º da Portaria nº 8.110/2010 que passa a ter a seguinte redação. § 4º - A idade mínima para matrícula na educação de jovens e adultos é de 15 (quinze) anos completos para o ensino fundamental e 18 (dezoito) anos completos para o ensino médio (BAHIA, 2010, p.2).

Essa mudança, provocada pela Portaria de Matrícula nº 8.110/2010, levou os alunos que se encontravam em idade/série defasada e que não concluíram o ensino fundamental entre os 15 a 17 anos de idade, a involuntariamente migrar para as turmas da EJA. Essa mudança provocou problemas nas unidades escolares que atendiam tais turmas. Tal situação foi alvo de análises, inclusive na justificativa da proposta para o Tempo Juvenil que cita: “segundo observações e depoimentos de professores da rede não se ajustam bem, causam *indisciplina*, etc. Por outro lado, os mais velhos também rechaçam a sua maneira de ser, a sua postura na sala e outras atitudes.” (BAHIA, 2013 p.4)

Desta forma, objetivando o atendimento para os alunos considerados adolescentes, no ano de 2013 a Secretaria de Educação da Bahia SEC – BA, criou a Proposta Pedagógica do Tempo Juvenil – específica ao ensino fundamental para estudantes de 15 a 17 anos, seguindo orientação da própria política da EJA de 2009 que determina:

Os adolescentes (de 15 a 18 anos incompletos) deverão ter garantido o direito ao processo de formação em programas e projetos específicos à Educação Fundamental e próprios à atualização do percurso escolar. Inspirados nos princípios da EJA, compreendemos que essa não se configura enquanto espaço de formação adequado às especificidades do tempo humano da adolescência (BAHIA, 2009, p.13).

A partir do manual de matrícula de 2014, as turmas da EJA não mais recebiam alunos em idade inferior a 18 anos. Esses “estudantes do Ensino Fundamental na faixa etária de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos terão opção de matrícula em oferta específica, no Curso de Ensino Fundamental Tempo Juvenil, considerando o currículo para atendimento pedagógico desse tempo humano e apresentando organização própria” (BAHIA, 2014, p.3).

A Secretaria de Educação apresenta a proposta para a educação básica na intenção de atender os alunos em idade-série defasada. No documento, a justificativa usada pelo órgão se fundamenta nos dados do SGE de 2013, que expõe o quadro geral do Estado em relação aos alunos que se encontram atrasados na sua formação. O Projeto Tempo Juvenil (2013) usou a Resolução do Conselho Nacional de Educação - CNE/CEB nº 3, de 15 de junho de 2010, em seu Artigo 5º parágrafo único, inciso II, o qual traz orientações para proporcionar ofertas de vagas para os adolescentes entre 15 (quinze) e 17 (dezessete) anos, garantindo mecanismos específicos para a realidade desses alunos, considerando “suas potencialidades, necessidades, expectativas em relação à vida, às culturas juvenis” (BAHIA, 2013, p.4).

De acordo com a proposta para o Tempo Juvenil (2013) reduzir o problema da defasagem desses alunos apenas ao fator socioeconômico, não encerra a questão. Também deve ser levado em conta a qualidade das escolas e o ingresso no mercado de trabalho. Aspectos relativos ao lugar da escola no cenário desse mercado, atrelado às necessidades dos adolescentes e, por conseguinte, o lugar destes na escola e no próprio mercado de trabalho, expõe tensões e desafios que a juventude e a escola enfrentam – os quais, são produto das transformações que estão acontecendo na sociedade ocidental, interferindo nos diferentes espaços sociais.

Segundo Macedo (2017), a relação desses jovens com a escola tornou-se conflituosa em virtude dos sucessivos fracassos escolares, desencadeando o estigma da repetência, do baixo rendimento e da indisciplina. Ao impor rótulos, condena-os a reprovação, colocando-os

num paradoxo do não saber qual seu lugar no espaço escolar. Ao tentar enquadrá-los em salas de aulas – onde seus interesses parecem ser tão distantes – tornar-lhes um desafio ainda maior. Ônus também fadado aos os professores. Desta forma, se faz necessário investir na formação dos professores para entender esses sujeitos, bem como apresentar as alternativas de uma prática educativa e de um currículo mais apropriado a esses alunos.

1.2 Sujeitos do tempo juvenil

De forma geral, para definir os sujeitos que correspondem ao atendimento escolar da modalidade de ensino tempo juvenil, se faz necessário especificar o seu tempo e a sua trajetória. Segundo Dayrell (2011) quando se utiliza o conceito de *jovens e adultos* e não apenas *alunos*, automaticamente remete-se à clara ideia que esses sujeitos estão situados num tempo da vida, possuindo assim características próprias e, conseqüentemente, gerando demandas e necessidades específicas. Também destaca que, ao se referir aos alunos da EJA utilizando o conceito de *juventude*, a concepção se torna confusa, pois a ideia de juventude em relação aos professores está constantemente associada a uma perspectiva negativa. “O jovem geralmente aparece como problema, com ênfase na sua indisciplina, ‘na falta de respeito’ nas relações entre os pares e com os professores, na sua ‘irresponsabilidade’ diante dos compromissos escolares, na sua ‘rebelia’ quanto a forma de vestir... (DAYRELL, 2011, p.54).” Nessa perspectiva, a proposta tempo juvenil argumenta quanto ao conceito estereotipado:

... o uso de conceitos como “situação de risco” e “vulnerabilidade social”, associada à ideia de ocupação do tempo ocioso, acabam por reforçar uma representação do público-alvo como “problema” e “risco social”, principalmente no que tange ao uso do tempo livre. Essa abordagem dos jovens pobres tem sido recorrente nas políticas públicas dirigidas a esse público, partindo-se de uma visão estereotipada dos jovens como “problema social” em contraposição à visão dos jovens como “sujeitos de direitos” (BAHIA, 2013, p.9).

Para Leão (2011), a noção corrente de juventude se identifica como um momento de transição da infância para a vida adulta. Nesse processo os jovens são calcados por incertezas, por uma crise de identidade. “A juventude assume assim um caráter negativo – fase de confusão, de conflitos, de rebeldia – em contraposição à positividade da vida adulta, à qual está subordinada (LEÃO, 2011, p.73)”.

De acordo com Dayrell (2011), a juventude pode ser entendida como uma condição social que representa um caráter universal de transformação que alcança todos os indivíduos, determinando o seu desenvolvimento físico e psicológico. Todavia, os grupos sociais lidam de

forma diferente com essa fase, por diversos motivos: condições culturais, sociais, de gênero, espaciais, além de outros aspectos. “Podemos afirmar que não existe uma juventude, mas sim *juventudes*, no plural, enfatizando, assim, a diversidade de modos de ser jovem na nossa sociedade.” (DAYRELL, 2011, *grifo do autor*, p. 55)

Leão (2011) argumenta que, segundo os dados do IBGE em 2000, os estudos apresentam o aumento no acesso dos jovens à escola. Essa tendência fora observada em toda a década de 90 do século passado. Contudo, o autor considerando a análise da idade-série em relação ao ensino Fundamental e Médio, percebe uma alta taxa de repetência. Ademais, notadamente se constata o alto índice em relação ao número de analfabetos funcionais⁴. Esses dados descortinam a distorção impactante, quando se vislumbra a real “democratização” da educação no país.

O autor discorre que somando-se os problemas educacionais aos problemas com o mercado de trabalho (elevado número de desemprego no Brasil), expõem-se a fragilidade que se encontra a juventude, vez que os mais atingidos são os jovens que vivem nas cidades. A contradição se evidencia, posto que, apesar do aumento da escolaridade, a ocupação funcional desses jovens diminuiu, levando-os a condições de precarização do trabalhos, obrigando-os a se submeter ao trabalho informal e instável.

De acordo com Gonçalves (2011), é temerário dar ênfase às experiências juvenis por um enfoque apenas negativo – quando não considera as possíveis reações positivas dos jovens, principalmente no que se refere às profundas desigualdades sociais. Logo, a pobreza hoje não está vinculada apenas à falta de alimento, mas a outras privações como o mercado de consumo, o bem-estar, a liberdade. Nesse aspecto, as novas gerações não estão mais dispostas a fazer sacrifícios – ela quer resultados imediatos.

Considerando o acima exposto, Dayrell e Gomes (2002) também observam que a associação da juventude a contextos de conflito e violências, bem como vandalismo e delinquências juvenis, estão relacionados ao panorama social do país: na injustiça, na descrença política, no estrangulamento dos laços de solidariedade. Toda esse cenário é refletido nas instituições escolares, dentro das salas de aula – a complexidade da sociedade se faz presente no universo da educação básica em nosso país.

1.3 Base teórica da proposta do Tempo Juvenil

⁴ Entende-se por analfabeto funcional pessoas que reconhecem o código linguístico, contudo são incapazes de compreender textos simples ou realizar cálculos mais elaborados.

A base teórica que fundamenta a construção da proposta Pedagógica do Tempo Juvenil para o ensino fundamental para estudantes de 15 a 17 anos (2013) está amparada na política da Educação de Jovens e Adultos da rede Estadual da Bahia (2009). É possível notar as similaridades entre elas, no tocante a divisão por eixos temáticos e subdivisão em Temas Geradores e no quesito avaliação. A diferença básica entre os projetos se evidencia quanto aos componentes que se apresentam no currículo, pois em seus eixos temáticos e nos temas geradores da Proposta do Tempo Juvenil, busca-se valorizar os saberes dos adolescentes – sujeitos não abrangidos na EJA.

Segundo a proposta para o Tempo Juvenil (2013), o modelo numa divisão por eixos temático “representa uma lógica curricular que supera o modelo seriado, superando também a visão que limita os educandos e os educadores a um conjunto de conteúdos e habilidades já predeterminados a serem atingidos no período de um ano” (BAHIA, 2013, p.19). Nessa perspectiva, o ensino fundamental I e II fica dividido em quatro etapas, que correspondem a quatro Eixos Temáticos: para o Fundamental I (1º ano ao 5º ano) Identidade e Cultura (do 1º ao 3º anos), Saúde e Meio Ambiente (do 4º ao 5º anos); para o Fundamental II (6º ano ao 9º ano) Sociedade e Trabalho (do 6º ao 7º anos), Cidadania e Movimentos Sociais (do 8º ao 9º anos). Desta forma, idealiza-se a conclusão do ensino fundamental em quatro anos.

Segundo o texto que regulamenta a proposta do Tempo formativo Juvenil, o desafio atual da educação brasileira é resolver o problema dos alunos em idade-série defasada. De acordo com o texto, os princípios teóricos metodológicos evocados para o Tempo Juvenil se fundamentam pelo respeito à condição do adolescente, buscando garantir o direito à sua formação, levando-se em consideração os seus valores culturais, suas memórias e suas identidades. Sob esse argumento, em 2013 a proposta é criada e diz:

[...] o modo precário de escolarização abrange alunos: com média de anos de escolarização muito acima do número de séries cursadas, descontinuidade e fragmentação como marcas de uma trajetória entrecortada por repetências, rupturas, ingresso em projetos inorgânicos entre si e em suas relações com a tradição das séries, configurando trajetórias que se destacam pela multiplicidade das formas e pela concatenação inusitada de seriação, ingresso em projetos e repetências (BAHIA, 2013, p. 2).

Ao analisar os princípios teóricos metodológicos da proposta Tempo Juvenil de 2013, é possível verificar que existe uma tênue linha entre a proposta e política da EJA na Bahia de 2009. Nesse sentido, tais princípios são similares, como analisadas no quadro:

Quadro 1- Comparação entre os Princípios Teóricos e Metodológicos para EJA e para o Tempo Juvenil.

Proposta para EJA 2009	Proposta para o Tempo Juvenil 2013
<p>“1.Reconhecimento dos coletivos de educandos(as) e educadores(as) como protagonistas do processo de formação e desenvolvimento humano.</p> <p>2. Reconhecimento e valorização do amplo repertório de vida dos sujeitos da EJA: saberes, culturas, valores, memórias, identidades, como ponto de partida e elemento estruturador de todo o estudo das áreas de conhecimento.</p> <p>3. Processos pedagógicos que acompanhem a formação humana na especificidade do processo de aprendizagem dos <i>sujeitos jovens e adultos</i>.</p> <p>4. Construção coletiva do currículo que contemple a diversidade sexual, cultural, de gênero, de raça/etnia, de crenças, valores e vivências <i>específicas aos sujeitos da EJA</i>.</p> <p>5. Metodologia adequada às condições de vida dos jovens e adultos e relacionada ao mundo do trabalho, devendo, portanto, possibilitar a problematização da realidade existencial e favorecer o aprender a conhecer e o fazer fazendo.</p> <p>6. Tempo pedagógico específico, destinado ao processo de formação, de modo a garantir o acesso, a permanência e a continuidade dos tempos de formação.</p> <p>9. Acompanhamento do percurso formativo, com base no princípio da dialogicidade no processo de construção e reorientação do trabalho educativo.” (BAHIA, 2009, p. 15 e 16, grifo nosso)</p>	<p>“Os coletivos de educandos(as) e educadores(as) como protagonistas: educação, formação e desenvolvimento humano;</p> <p>Reconhecimento e valorização do repertório de vida dos sujeitos adolescentes: saberes, culturas, valores, memórias, identidades;</p> <p>Processos pedagógicos que acompanhem a formação humana na especificidade do processo de aprendizagem <i>dos sujeitos adolescentes</i>;</p> <p>Currículo que contemple a diversidade: sexual, de gênero, raça/etnia, cultural, valores e vivências específicas – construção coletiva;</p> <p>Problematização da realidade existencial favorecendo o aprender “a saber” e o fazer fazendo;</p> <p>Tempo pedagógico específico destinado ao processo de formação, de modo a garantir o acesso, a permanência e a continuidade dos tempos de formação;</p> <p>Acompanhamento do percurso formativo, com base no princípio da dialogicidade no processo de construção e reorientação do trabalho educativo.” (BAHIA, 2013, p. 18 e 19, grifo nosso)</p>

Fonte: Pesquisa direta da autora (2019).

É possível observar pontos de convergência entre as duas propostas, de acordo com o quadro acima, que permanece segundo a complexidade que perpassa os sujeitos da EJA. Miguel Arroyo enfatiza que é possível verificar a riqueza e a diversidades de atores que compõem a EJA “*adolescente, jovens, adultos em várias idades; diversidade de nível de escolarização; de trajetórias escolares e sobretudo de trajetórias humanas...*” (2011, p.31, grifo nosso). Contudo nota-se sutis diferenças entre tais propostas que são destacadas nos grifos. Essas convergências e diferenças denotam a complexidade que envolve tais sujeitos que compõe a EJA e o Tempo Juvenil.

Como mencionado anteriormente, apesar da similaridade dos princípios quanto à organização teórico-metodológica que norteiam a política da Educação de Jovens e Adultos de 2009 para o estado da Bahia, existem também algumas diferenças que estão relacionadas

ao tempo do percurso formativo e aos temas geradores de ambas as propostas como veremos nos quadros comparativos a seguir:

Quadro2- Comparativo das Propostas curriculares para os Tempos Formativos da EJA e Tempo Juvenil do Ensino Fundamental I

Tempo Formativo EJA 1º Tempo: Aprender a Ser		Tempo Juvenil: Fundamental I- 1º ao 5º anos	
Eixos Temáticos / Duração / Temas Geradores: da Política para a EJA		Eixos Temáticos / Duração / Temas Geradores	
<p>Eixo Temático I Identidade e Cultura</p> <ul style="list-style-type: none"> •Diversidade cultural •Gênero: o lugar da mulher na sociedade •Identidade afro brasileira e indígena •A família e a sociedade plural: crise e sentidos <p>1 ano (2º ano)</p>	<p>Temático-Identidade e Cultura Etapa I</p> <p>1 ano (1º ao 3º anos)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • O Jeito de Ser e Conviver do Adolescente •Namoro e Amizade: construindo a afetividade na adolescência. •Família, Adolescência e Projeto de Vida. •Escola: que espaço é esse? •O(a) Adolescente frente a diversidade (gênero, raça/etnia, geração, orientação sexual etc.) •A Religiosidade na fase da adolescência • Manifestações Culturais Populares: do espaço rural ao espaço urbano. •Tribos: uma forma de identidade coletiva juvenil 	
<p>Eixo Temático II Cidadania e Trabalho</p> <ul style="list-style-type: none"> •Ações coletivas para a construção da cidadania •Aldeias e quilombos: espaços de lutas e resistência. •O cidadão como sujeito de direitos e deveres •O desemprego a fome e suas consequências <p>1 ano (3º e 4º ano)</p>	<p>Eixo Temático-Saúde e Ambiente Etapa II</p> <p>1 ano (4º ao 5º anos)</p>	<ul style="list-style-type: none"> •Ser Planetário: O adolescente como cidadão do mundo •Cultura Corporal e Comportamento Juvenil •O(a) Adolescente e o Direito à Vida •Drogas Lícitas e Ilícitas: o que o(a) o adolescente pensa sobre isso? •Atitudes Juvenis em Defesa do Meio Ambiente •Como Viver a Sexualidade na Adolescência? •O Planeta Terra: a casa das futuras gerações •Saúde e Condições de Vida do Sujeito Juvenil 	
<p>Eixo Temático III Saúde e Meio Ambiente</p> <ul style="list-style-type: none"> •A saúde do planeta •Direito à qualidade de vida dos setores populares •Segurança e defesa da vida •As drogas lícitas e ilícitas como ameaça de vida <p>1 ano (5º ano)</p>			

Fonte: Pesquisa direta da autora (2019).

Em relação ao Ensino Fundamental II do 6º ao 9º ano, o tempo formativo é o mesmo de 2 anos. Entretanto, os temas geradores seguem o modelo anterior: aproximar o currículo

aos interesses desses alunos mais jovens, conforme pode ser possível entender no quadro abaixo:

Quadro 3. Comparativo das Propostas curriculares para os Tempos Formativos da EJA e Tempo Juvenil do Ensino Fundamental II

Tempo Formativo EJA 2º Tempo: Aprender a Conviver		Tempo Juvenil: Fundamental II- 6º ao 9º anos	
<p>Eixo Temático IV Trabalho e Sociedade</p> <ul style="list-style-type: none"> •Relações de poder no mundo do trabalho •Experiências históricas de emancipação •O movimento sindical e as relações de trabalho •Estratégias de emancipação e participação política nas relações de trabalho <p>1 ano (6º ao 7º anos)</p>	<p>Eixo Temático e Trabalho Etapa III 1 ano (6º ao 7º)</p>	<ul style="list-style-type: none"> •A Sociedade que Temos e a Sociedade que Queremos •O Adolescente e a Escola: tecendo o ser e o saber •O Apelo ao Consumo e a Reação do(a) Adolescente •Geração Digital: os adolescentes e o uso das tecnologias •A Convivência Social na Adolescência • O(a) Adolescente e a Experiência de Trabalho • O Adolescente e Trabalho Informal •A Família como Primeiro Espaço de Formação Social 	
<p>Eixo Temático V Meio Ambiente e Movimentos Sociais</p> <ul style="list-style-type: none"> •Trajetória dos movimentos sociais •Concepções de meio ambiente e suas implicações •Movimentos em defesa do meio ambiente •Atuação das lideranças populares em defesa da vida <p>1 ano (8º e 9º anos) (BAHIA, 2009, p. 26)</p>	<p>Eixo Temático Cidadania e Movimentos Sociais Etapa IV 1 ano (8º ao 9º)</p>	<ul style="list-style-type: none"> •O Estatuto da Criança e do Adolescente e a Garantia de Direitos • Os Movimentos Juvenis e a Prática da Cidadania •Políticas Públicas Juvenis: Conhecendo o Plano Estadual de Juventude •O Grêmio Estudantil: exercendo a cidadania no espaço escolar •Protagonismo Juvenil e a Construção da Cidadania •Sociedade Democrática e Participação Política Juvenil •A Presença Juvenil nos Movimentos Sociais •Liderança Juvenil: um jeito próprio de agir na sociedade. <p>(BAHIA, 2013, p. 20 e 21)</p>	

Fonte: Pesquisa direta da autora (2019).

Dentro da organização da estrutura curricular do Tempo Juvenil, também apresenta aspectos similares à política da EJA, pois a divisão por Eixos Temáticos e Temas Geradores, igualmente são princípios que perpassam as duas propostas. Ao justificar o uso dos Temas Geradores como elemento primordial para uma compreensão crítica da totalidade partindo de uma visão reversa, separando ou isolando um contexto a ser estudado para depois fundi-lo com outros elementos objetivando à análise clara da totalidade, nota-se que tais conceitos convergiram para Freire, fonte dessas ideias.

Os Temas geradores recomendados pela proposta para o Tempo Juvenil, permeiam o universo do adolescente, concedendo identidade e formação própria ao seu tempo formativo. Em comparação com as duas propostas, nota-se que as principais diferenças estão relacionadas aos interesses dos sujeitos.

Os Temas Geradores são apenas sugestões. Cabe ao educador construir junto aos seus sujeitos temas que são desenvolvidos com base nas realidades e necessidades dos estudantes. Tomando como base esses temas, devem dialogar com as diferentes áreas do conhecimento.

1.4 Considerações finais

Na condição de gestora em uma unidade de ensino que ainda trabalha com turmas do Tempo Juvenil, podemos relatar pelas experiências vividas que não houve formação para professores, coordenadores e gestores para receber os alunos. Com isso, os alunos matriculados no Tempo Juvenil que vieram para a escola, encontraram um quadro de professores e o currículo ainda focado num conteúdo seriado, com um conhecimento fragmentado, longe dos interesses e realidade desses adolescentes, gerando inúmeros conflitos entre professores, alunos e gestão.

Os primeiros anos não foram positivos, tampouco regulares, sendo que as dificuldades não foram fáceis de transpor. Havia momentos em que os alunos ajustavam seus interesses aos do colégio e vice-versa, enquanto em outros, as inclinações eram completamente destoantes. Entender essas inconsistências na relação adolescentes-escola ainda é um grande desafio. Segundo Macedo:

[...] a presença de alunos com uma faixa etária tão divergente em uma mesma sala requer dos educadores um cuidado especial na preparação das aulas e na seleção do material utilizado, visando sempre atender às diferentes necessidades de cada grupo (MACEDO, 2017, p.113).

Com base nas discussões elencadas nesse estudo, observa-se que a inserção da juventude nas turmas da EJA gerou problemas quanto à prática pedagógica e ao currículo, vez que, as áreas de interesses dos seus sujeitos nem sempre eram correspondentes. Para uma plena implementação do projeto desenvolvido pela SEC- BA implicaria na necessidade de um largo estudo dos seus sujeitos, bem como da sua proposta de currículo, pois, nela estão sugestões de temas geradores que perpassam o universo dos adolescentes, com temas centrais que poderiam ser de interesses para esses alunos. Todavia, é necessário uma formação específica desses professores. As “realidades” escolares entendem as inconsistências na relação adolescentes-escola, e exige um esforço que requer um estudo ainda mais aprofundado – o qual não foi o objetivo desse artigo.

Desta forma, ainda é necessário compreender a realidade desses sujeitos como uma primeira condição para encontrar um currículo e uma prática pedagógica que venha a ser de fato executada pelos educadores – desafio este que se tornou um dos principais elementos para, em alguns momentos, a experiência das Turmas do Tempo Juvenil terem sido tão negativas. Contudo, esses sujeitos na sua condição humana, tem sonhos! Fazer com que a escola consiga causar nesses alunos o apreço ao conhecimento e o entendimento da sua importância para seus projetos futuros, ainda é um grande desafio.

Referências

BAHIA. Anuário Estatístico da Educação. Secretaria da Educação. Salvador: SEC, 2017 v.11. Disponível em: <http://escolas.educacao.ba.gov.br/anuarioestatistico>. Acesso em 22/03/2019.

BAHIA. Diário Oficial. **Portaria 3618/2017**. Reordenamento do ensino para o ano de 2018. *Publicada no D.O.E. de 12/05/2017*. Acesso em 24/03/2019

BAHIA. Diário Oficial. **Portaria Nº 8.110/2010**. Da Organização da Matrícula disponível em: http://www.sec.ba.gov.br/SGE/arquivos/portaria_de_matricula. Acesso em: 09/03/2019.

BAHIA. Diário Oficial. **Portaria Nº 10683/2014**. Da Organização da Matrícula disponível em: http://www.sec.ba.gov.br/SGE/arquivos/portaria_de_matricula. Acesso em: 09/03/2019.

BAHIA. **Política de EJA da Rede Estadual**: Educação de Jovens e adultos aprendizagem ao longo da vida 2009. Disponível em: www.sec.ba.gov.br/jp2011/documentos/Proposta_da_EJA.pdf. Acesso em 04/09/2018.

BAHIA. **Proposta Pedagógica do Tempo Juvenil Ensino Fundamental para Estudantes de 15 a 17 anos**: versão preliminar. Salvador, 2013. Disponível em: <http://www.educacao.ba.gov.br/midias/documentos/tempo-juvenil>. Acesso em 01/02/2019.

DAYRELL Juarez Tarcísio. **A escola “faz” as juventudes?** Reflexões em torno da socialização juvenil. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1105-1128, out. 2007. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>.

DAYRELL, Juarez Tarcísio. **A juventude e a Educação de Jovens e adultos: Reflexões iniciais novos sujeitos.** In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia Gomes de Castro; GOMES, Nilma Lino (Org.) Diálogos na Educação de Jovens e Adultos. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

DAYRELL, J. T.; GOMES, N. L. **Juventude Práticas Culturais e identidade negra.** Palmares em Ação. Brasília. DF, n. 2, p.18-23,2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 65ª ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2018.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira. **Juventude, lazer e vulnerabilidade social.** In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia Gomes de Castro; GOMES, Nilma Lino (Org.) Diálogos na Educação de Jovens e Adultos. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

LEÃO, Geraldo Magela Pereira. **Política de juventude e Educação de Jovens e Adultos: tecendo diálogo a partir dos sujeitos** In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia Gomes de Castro; GOMES, Nilma Lino (Org.) Diálogos na Educação de Jovens e Adultos. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

MACEDO, Núbia Sueli Silva. **A formação docente e fenômeno da juvenilização na Educação de Jovens e Adultos: desafios formativos.** Dissertação (Mestrado). Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Campos I. Programa de Pós-Graduação em Educação de Jovens e Adultos- MPEJA. 2017.